



Assim como os 0,75%, a luta continua! A vez e a hora da LDO/2007 é agora!

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) foi ocupada por centenas de representantes do Fórum das Seis e de outros setores do funcionalismo estadual na última audiência pública sobre o Orçamento Estadual 2007, ocorrida em 14/6. O mesmo ocorreu na manhã de 21/6 na audiência pública sobre Financiamento da Educação Pública promovida pela Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp. Na tarde desse mesmo dia ocorreu o Ato Público do Funcionalismo em defesa dos serviços públicos essenciais.

Como as matérias sobre esses três eventos contidas neste *Informativo* ilustram, foi enfatizada a necessidade de mais recursos para os serviços públicos correspondentes aos direitos sociais, particularmente a saúde e a educação, que estão submetidas a uma queda brutal de qualidade devido aos baixos salários, às péssimas condições de trabalho e à precariedade das instalações.

Nesses eventos, os representantes da educação, inclusive os aposentados, mais uma vez condenaram a falência da educação básica no Estado; a expansão irresponsável das unidades de ensino tecnoló-

gico do Centro Paula Souza, custeada pelos salários de seus docentes e funcionários e a ameaça de que o mesmo ocorra com as universidades estaduais. Foi ressaltado que isso tudo é fruto da precariedade de recursos orçamentários de um Estado que aplica apenas cerca de 3,5% de seu PIB na Educação Pública em todos os níveis, da educação infantil à pós-graduação. Para começar a reversão dessa situação dramática é que o Fórum das Seis e demais entidades educacionais estão defendendo:

- 33% da receita total de impostos para a educação pública em geral;
- 11,6% do ICMS para as universidades estaduais;
- 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

No que diz respeito ao financiamento específico das universidades estaduais foi destacado pelos representantes do Fórum das Seis que é vital, para a manutenção da capacidade instalada das universidades, um aumento real no *caput* do artigo 4º (que trata do percentual do ICMS) e de seu § 1º (que trata da Lei Kandir). Os 11,6% do ICMS permitiriam essa manutenção e uma expansão paulatina, garantida com aumentos freqüentes de dotação orçamentária, como

previsto no Plano Estadual de Educação - Proposta da Sociedade Paulista, que propõe que se chegue a 10% do PIB paulista em dez anos.

Também no dia 21/6 percorremos os gabinetes dos deputados entregando um documento, com assinatura de recebimento, em que se solicita a manifestação favorável ou contrária às reivindicações de aumento de verbas para a educação pública, até o dia 27/6. Essas respostas alimentarão o "poste" que será divulgado amplamente no período que antecederá as eleições deste ano.

Foram também mantidas conversações com os deputados do PFL Caldini Crespo e Edmir Chedid, respectivamente, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp e relator da LDO-2007. Na segunda-feira, 26/6, o Fórum das Seis terá um novo encontro com o deputado Chedid para tratar do que ele incluirá no artigo 4º a respeito de nossas reivindicações de acréscimos na dota-

| | | |
|----------------|-------|--|
| 26/6, 2ª feira | 14h | reunião com o relator da LDO, deputado Edmir Chedid, na Liderança do PFL na Alesp; |
| 26/6, 2ª feira | 17h30 | Assembléia Geral da Adusp no auditório da Escola de Aplicação da USP; |
| 28/6, 4ª feira | 11h | visita do Fórum das Seis ao Colégio de Líderes da Alesp; logo após, reunião do Fórum na Alesp, para avaliação e planejamento do movimento; |
| 29/6, 5ª feira | 14h | provável votação do Relatório da LDO-2007 na Comissão de Finanças e Orçamento na Alesp, com presença massiva do movimento; |
| 30/6, 6ª feira | 10h30 | audiência da Adusp com a Reitoria da USP sobre a ação do Gatilho; |
| 5, 6 ou 7/7 | | Reunião entre o Fórum das Seis e o Cruesp (a data definitiva depende da agenda dos reitores); |
| 7/7, 6ª feira | 10h30 | audiência do Fórum das Seis com o Procurador Geral do Estado para entrega de representação contra o desconto indevido da Habitação antes do repasse do ICMS para as universidades; |
| 10/7, 2ª feira | | reunião técnica com o Cruesp. |

ção orçamentária para a Educação Pública.

A próxima semana está recheada de atividades importantes na Alesp (ver Calendário de Atividades).

Tudo isso indica que a vez e a hora da LDO-2007 será na próxima semana porque, mesmo que a votação da LDO no plenário da Alesp fique para julho ou agosto, é ne-

cessária uma forte presença de docentes, funcionários e estudantes, pressionando a votação de um relatório que garanta aumento de recursos para a educação. É por isso que a próxima Assembléia Geral da Adusp discutirá a proposta de greve a partir de 27/6 ou paralisação no dia 29/6, entre outras formas de luta.

Assembléia Geral da Adusp

26/6, 2ª feira, 17h30, Aud. da Escola de Aplicação (atrás da FEUSP)

• Indicativo de greve • LDO 2007

Reitores persistem: 0,75% de reajuste na data-base!

Na manhã de 22/6, 5ª feira, realizou-se nova rodada de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp

No início da reunião, a coordenação do Fórum registrou o profundo descontentamento de professores e funcionários das universidades estaduais com o reajuste na data-base, insistindo, mais uma vez, que a proposta de 0,75% fosse substituída por uma de outra ordem de grandeza. Em seguida, todas as entidades do Fórum manifestaram a indignação de seus representados com o reajuste de 0,75%, juntamente com a cobrança de que o Cruesp atue de forma mais incisiva na defesa do aumento de verbas para a universidades estaduais. Foi criticada a timidez da manifestação dos vice-reitores da USP e da Unesp na audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento (Alesp, 21/6), sendo que a Reitoria da Unicamp sequer se fez representar. Os vice-reitores se retiraram no meio da fala de representante de uma entidade do Fórum das Seis, antes do término da audiência e de ouvir a manifestação pública do relator da LDO, deputado Edmir Chedid (PFL).

Os reitores alegaram que a impossibilidade de comparecer à audiência foi devida à reunião (ou aula, como disse um dos reitores) com o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, na qual discutiram vários temas, incluindo o desconto da Habitação. No entanto, nada de concreto acertaram sobre este assunto. Fomos informados, também, de que o Secretário da Fazenda é contra a vinculação de verbas (alguém se surpreende?) e de que ele acha que a arrecadação do ICMS deve atingir o estimado (R\$ 40,216

bilhões, descontados os cerca de R\$ 700 milhões da Habitação), mas que existe o risco de não atingir este patamar. Como já argumentamos várias vezes, não há motivo concreto para este pessimismo, a menos que o Executivo já tenha decidido deixar correr solta a sonegação e aprofundar a evasão fiscal consentida.

Aliás, as avaliações das contas do Tesouro do Estado divulgadas constantemente pela própria Secretaria da Fazenda apontam um cenário de evolução favorável do montante de recursos fiscais e tributários do governo (vide *Boletim Especial Adusp* de 13/6). Além disso, não é propriamente o Secretário da Fazenda que irá sinalizar — a quem quer que seja — que os cofres públicos estão a salvo de catástrofes!

Persistente em sua avaliação pessimista do ICMS, o Cruesp manteve a proposta de 0,75% na data-base.

Equívoco do Cruesp

O Fórum registrou também a gravidade do significado de o Cruesp apresentar a sua proposta de 10,0339% do ICMS, que representa apenas a soma dos atuais 9,57% com o custo das expansões (novo campus de Limeira da Unicamp) e das incorporações das Faculdades de Medicina de Marília e de São José do Rio Preto. É imperioso que defendam um reajuste real nos 9,57%, correspondente à capacidade instalada antes da expansão, que está sendo sacrificada, seja pelo arrocho de salários, seja pelo desconto da Habitação, seja pela falta de contribuição do governo para o pagamento dos aposentados e para o susten-

to dos hospitais universitários (HU).

É importante esclarecer a propaganda de que o Cruesp defende a passagem para 11,2% do ICMS. Este número é o resultado da soma dos 10,0339%, profundamente insuficientes, com o resultado de negociações de longa data com o Executivo no sentido de que este passe a financiar cerca de 30% da despesas dos HU da Unicamp e da Unesp — a USP retirou-se da Comissão que discutia esta questão — com a obtenção de compromisso do Executivo de contribuir para o pagamento dos aposentados. A nossa experiência histórica indica a enorme dificuldade de que tais negociações com o Executivo sejam frutíferas. O ofício enviado pelo Cruesp

à Secretaria da Fazenda há mais de um ano, indagando sobre as bases legais do desconto da Habitação, jamais obteve resposta; e qual o resultado concreto da conversa do dia 21/6, mencionada anteriormente, acerca do mesmo assunto?

Próxima reunião

Quanto à próxima reunião com o Fórum das Seis, os reitores preferiam que fosse no início de agosto. O

Fórum argumentou sobre a importância de que a próxima reunião acontecesse o mais rapidamente possível, pois há questões importantes a debater. Os reitores acabaram concordando em realizar a próxima reunião nos dias 5, 6 ou 7 de julho, dependendo de sua agenda. Na pauta, além da questão salarial, estão o financiamento da permanência estudantil e os hospitais universitários.



Professores Lajolo, vice-reitor da USP, e Voorwald, vice-reitor da Unesp

Pedido de vistas adia decisão do CO no caso Vital

Foi inconclusivo o debate realizado na sessão de 20/6 do Conselho Universitário sobre recurso administrativo apresentado pelo professor Vital Pasquarelli Jr, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq. O docente, que trabalha há 17 anos na USP, recorre contra a decisão da Congregação da unidade, de 15/12/2005, de não renovar seu contrato. A votação do

recurso não ocorreu devido a um pedido de vistas do processo pela representação discente.

O professor Pasquarelli Jr. não conseguiu obter na Congregação o efeito suspensivo que lhe permitiria continuar na folha de pagamento enquanto o CO não deliberasse sobre o caso. Assim, o professor segue afastado e sem receber salário.

Durante a sessão do CO, o diretor da Esalq, professor José Roberto Postali Parra, defendeu a decisão da Congregação e contestou o parecer da Comissão de Legislação e Recursos (CLR) favorável ao professor Pasquarelli Jr. De acordo com depoimento de membros do CO, o diretor da Esalq discutiu, alterado, com a representante discente que pediu vistas do processo.

Audiências da LDO-2007 mobilizam Fórum das Seis

Docentes, funcionários e estudantes levam reivindicações e propostas de emendas aos deputados estaduais

A Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) realizou as duas últimas audiências públicas para tratar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2007, nos dias 14/6 e 21/6. Elas deram continuidade a uma série de audiências, iniciada em maio no interior do Estado, com a finalidade de receber propostas da população. O Fórum das Seis compareceu também às audiências de 14/6 e 21/6, mobilizando estudantes, funcionários e docentes das universidades públicas estaduais e do Centro Paula Souza.

Nessas duas audiências, bastaram quatro horas de sessão para delinear um panorama sombrio dos diferentes serviços públicos estaduais, que culminava num ponto comum: a insuficiência de financiamento. A maior parte das reivindicações veio das áreas de saúde e educação. No tocante aos direitos do funcionalismo público, uma das questões levantadas foi a necessidade de que o governo repasse o equivalente a sua contribuição patronal para o Iamspe (Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual). Igualmente solicitado em diversas intervenções foi o cumprimento da data-base determinada pela lei, com reajuste integral dos salários, sem subterfúgios como bônus e gratificações.

Os manifestantes enfatizaram a necessidade de o governo combater a sonegação fiscal e respeitar a vinculação de verbas para áreas sociais. Zilda Guerra, da Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp), alfinetou: “Os políti-

cos foram alfabetizados por nós e hoje temos que estar aqui mendigando respeito”. Fortes aplausos.

Muitas intervenções foram entremeadas por acaloradas manifestações. O coro, iniciado pelos estudantes, dirigia-se aos deputados: “aumenta a verba!” ou “não pago, não pagaria, educação não é mercadoria”, e foi freqüentemente engrossado pelos demais manifestantes.

Educação em destaque

A audiência de 21/6 foi convocada pela Comissão de Finanças e Orçamento especificamente para discutir as emendas propostas para a educação pública na LDO 2007. Além das associações e sindicatos, compareceram desta vez dois representantes das reitorias: os professores Franco Maria Lajolo, vice-reitor da USP, e Herman Voorwald, vice-reitor da Unesp.

Ambos elogiaram as universidades, como “instituições modelo”, palcos para inclusão social em projetos “arrojadíssimos” de expansão de vagas. Voorwald mencionou, ainda, a “gestão extremamente responsável dos recursos”. A necessidade de mais verbas, principalmente vinculadas e sem descontos irregulares como o da Habitação, também pontuou a fala dos vice-reitores, que não permaneceram até o final da audiência.

O Fórum das Seis integrou a mesa da audiência e realizou sua primeira intervenção na fala do coordenador, professor Francisco Miraglia, que chamou a atenção para o fato de o investimento paulista em educação estar abaixo da média nacional, denunciou a falta de providências contra a sonegação

fiscal e destacou medidas governamentais que agravam esse quadro, como o desconto indevido da Habitação antes do cálculo da quota-parte de 9,57% do ICMS para as universidades e o decreto 48.034/03, que isenta o Estado e as fundações e autarquias a ele ligadas de pagar ICMS.

Para o coordenador do Fórum das Seis, esses fatos configuram uma mistura irregular de contas que prejudica claramente as áreas sociais. “Não existe possibilidade de exercício de cidadania sem garantia de serviços básicos”, disse. Ele cobrou a responsabilidade do Legisla-



Fotos: Daniel Garcia

Audiência pública de 14/6 na Alesp: vamos repetir a dose no dia 29!

tivo de exercer sua autonomia perante o Executivo, determinando o aumento dos recursos para a educação em todos os níveis. “Isso é responsabilidade dessa casa!”, concluiu, sob aplausos.

A exposição final foi do relator da LDO, o deputado Ed-

mir Chedid (PFL), que disse estar disposto a avançar, em relação ao ano passado, na destinação de recursos para a Educação e agradeceu a oportunidade proporcionada pelas audiências públicas. “Quero ouvir mais para aprender mais”, finalizou.

Deputado espera melhora da proposta do Cruesp

A negociação das emendas à LDO-2007 entre os deputados estaduais tem enfrentado resistências. Segundo o deputado Renato Simões (PT), vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o processo de votação pode inclusive avançar durante o mês de julho.

Simões diz existir hoje, na Alesp, uma pulverização dos votos no que se refere às emendas para a educação pública estadual. Segundo o deputado, além da divergência mais evidente entre o bloco da oposição e o da base do governo, há deputados de alguns partidos, como o PFL, PDT, PSB e PV, que têm uma posição diferenciada. “Há diálogo com esse bloco no sentido de

avanco, mas eles não aceitam a íntegra das emendas”, diz Simões.

Durante as negociações, segundo o deputado, muitos parlamentares utilizam a proposta do Cruesp, de 10,0339%, para argumentar contra a proposta do Fórum das Seis. Para Simões, as negociações avançariam se ao menos um ponto intermediário fosse acordado. “Seria muito importante se os reitores se unificassem com a proposta de 10,5%”, completa.

Outro ponto relevante no contexto da disputa da LDO mencionado por Simões é a posição do relator da LDO, o deputado Edmir Chedid (PFL). Durante a audiência, o relator mostrou-se recep-

tivo às reivindicações do setor educacional e rebateu a colocação de uma manifestante de que os deputados prometem muito, mas não trabalham de fato para os interesses da população. “Isso você não fala para mim. Vai falar para eles lá, mas não para mim”, disse Chedid, apontando para os corredores da Alesp.

Na avaliação de Simões, o trabalho do relator é bastante positivo para as reivindicações do movimento educacional, e a atenção com que Chedid tem acompanhado as audiências públicas seria um exemplo disso. “O deputado relator precisa sentir que [as reivindicações] têm lastro na sociedade e na bancada”, conclui.

TCU veta atividade de docentes federais com dedicação exclusiva em fundações “de apoio”

Um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que dispõe sobre a atividade de docentes em regime de dedicação exclusiva foi objeto de circular do MEC enviada a reitores das universidades federais. Segundo o acórdão 1.651/2005 da 2ª Câmara do TCU, proferido em sessão extraordinária no dia 6 de setembro de 2005, é vedada aos docentes em dedicação exclusiva (DE) a participação em outras atividades não esporádicas, “inclusive a prestação de serviços, remunerados ou não, para as fundações de apoio”.

Para os docentes que desejarem exercer esse tipo

de atividade, o TCU orienta que optem pelo regime parcial (20 horas semanais) ou integral (40 horas semanais, sem dedicação exclusiva à docência e pesquisa), “sempre sem prejuízo de sua jornada de trabalho normal na instituição federal de ensino superior a que servem”, e “com a conseqüente perda do acréscimo remuneratório devido à dedicação exclusiva”.

Na USP, a atuação de docentes em RDIDP em atividades das fundações privadas é viabilizada pela polêmica “flexibilização” desse regime no estatuto da universidade (capítulo II, artigo 89

e resolução 4542/98, artigo 15). A constatação de que os cursos pagos oferecidos na USP empregam docentes em RDIDP integra a exposição de motivos da Adusp na representação que encaminhou ao Ministério Público Estadual e que deu ensejo à ação civil pública movida pelo promotor de justiça Luis Fernando Rodrigues Pinto, da 8ª Promotoria da Cidadania da Capital.

Acórdão

A seguir, a íntegra dos parágrafos do acórdão 1.651/2005 que dispõem sobre atividades não esporádicas de docentes em dedicação exclusiva (DE):

“9.3.1 – Consoante dispõe o artigo 4º da Lei nº 8.958, de 20/12/94, c/c o disposto no art. 14 do Decreto nº 94.664, de 23/07/87, **deve ser rigorosamente observada a vedação à realização de outras atividades de caráter não esporádico pelos docentes que atuam naquelas instituições em regime de dedicação exclusiva, devendo essa vedação alcançar inclusive a prestação de serviços, remunerados ou não, para as fundações de apoio àquelas instituições; e**

9.3.2 – os professores que desejarem, sempre sem prejuízo de sua jornada de trabalho normal na instituição federal

de ensino superior a que servem, exercer outras atividades de caráter não esporádico deverão optar, quando juridicamente possível e do interesse da Administração, **pelo regime parcial de 20 horas semanais (art. 14, II, do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Emprego) ou regime integral de 40 horas semanais sem exclusividade de dedicação (art.14, § 2º, da mesma norma), com a conseqüente perda do acréscimo remuneratório devido à dedicação exclusiva, prevista no artigo 31, § 5º, alínea a, do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Emprego.”**

Campanha pela reestatização da Vale do Rio Doce

Uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília, tomada em outubro de 2005, desencadeou uma campanha pela reestatização de uma das principais empresas brasileiras. Em outubro de 2005, a 5ª Turma do TRF de Brasília determinou o prosseguimento de uma ação popular de 1997 que pede a anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e sua retirada do Programa Nacional de Desestatização, criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A venda da CVRD, uma das maiores mineradoras do mundo, será submetida a uma perícia técnica. “O objetivo é elucidar a suspeita de que o patrimônio da empresa foi subestimado no processo de avaliação que antecedeu o leilão de privatização. Comprovado o prejuízo, os responsáveis podem ser condenados a ressarcir o erário”, informou em seu blog o jornalista Josias de Souza.

Privatizada em 1997 por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, também ela uma empresa privatizada) e pelo empresário Benjamin Steinbruch, que adquiram 41,73% das ações da empresa pela quantia de R\$ 3,3 bilhões, em valores da época, em 2005 a CVRD obteve lucro estimado de R\$ 12,5 bilhões. Atualmente seu patrimônio é calculado em R\$ 100 bilhões, e a União detém somente 6,1% das ações.

FHC, réu no processo

Figuram como réus no processo reexaminado pelo TRF de Brasília a União, o BNDES e FHC. Em decisão de primeira instância, um juiz federal do Pará havia mandado extinguir o processo. O recurso ao TRF teve como relatora a desembargadora Selene Maria de Almeida, que anulou a decisão de primeira instância, determinando a reabertura do caso.

CARTA

“USP paga preços de mercado por convênio médico precário em Ribeirão Preto”

Ocorreu um fato bastante desagradável relacionado ao Serviço de Assistência Social, especialmente ao serviço de atendimento médico que a USP disponibiliza aos seus servidores, docentes e alunos através do fatídico convênio com a Medirp.

No dia 20 de maio de 2006 Thiago Luis Bardella dos Santos, meu filho, apresentou um quadro de saúde bastante desfavorável. Por esta razão procuramos pelo serviço de Pronto Atendimento do Hospital São Francisco que nos é disponibilizado pelo nosso convênio com a Medirp, onde fomos atendidos e o diagnóstico médico concluiu que a dengue acometia o Thiago. Ele foi medicado e em seguida dispensado (um procedimento normal), mas com retorno indicado pelo médico para dia 22 de maio de 2006, com o objetivo de realizar

novos exames. Segundo o médico, neste dia poderia retornar em qualquer horário.

Seguindo as orientações médicas retornamos ao Pronto Atendimento do Hospital São Francisco entre 13h35 e 13h45 do dia 22 de maio de 2006. O Thiago foi registrado pelo Hospital São Francisco sob o código 33090001418 e recebeu a informação de que deveria aguardar atendimento. Esperamos por este atendimento durante três horas. Às 16h40 procurei o Hospital São Francisco, para fazer uma reclamação acerca da demora de atendimento. Fui recebido pela senhora Ivone, assistente social. Esta senhora limitou-se a anotar nossa reclamação e assegurou-me: “Vou encaminhar suas reclamações para a administração do Hospital”.

Às 16h50, após as três horas de espera, deixamos

o Pronto Atendimento no Hospital São Francisco sem que fôssemos atendidos.

Tendo em vista que foi a própria USP quem escolheu esta modalidade de serviço de atendimento médico, queremos registrar nossa queixa. O mínimo que esperamos dos responsáveis pela administração deste fatídico convênio médico (Medirp) é que tomem as providências para que estas falhas inaceitáveis sejam eliminadas. A nossa indignação é ainda maior porque sabemos que a USP paga preços de mercado por estes serviços. Em contrapartida nos é disponibilizado um atendimento fortemente precário, um serviço completamente fora dos padrões de mercado e nós docentes da USP nos sujeitamos a ele.

Professor **Jair Silvério dos Santos** (FFCL-RP)